

CONCORRÊNCIA CO SMCG N.º 02/2024

EDITAL DE LICITAÇÃO

**CONCESSÃO PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO
SISTEMA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE PASSAGEIROS PARA
CONEXÃO ENTRE OS AEROPORTOS SANTOS DUMONT E
INTERNACIONAL ANTONIO CARLOS JOBIM (“GALEÃO”), NA CIDADE DO
RIO DE JANEIRO.**



CCPAR

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA
CONCORRÊNCIA SMCG 02/2024

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. INTRODUÇÃO

1.1 O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Coordenação Governamental, doravante simplesmente SMCG ou PODER CONCEDENTE, sediado na Rua Afonso Cavalcanti, 455, 13º andar, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.211-110, torna público que realizará licitação, sob a modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MAIOR DESCONTO SOBRE O VALOR GLOBAL DO APORTE PÚBLICO, para a contratação da prestação dos SERVIÇOS de IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE PASSAGEIROS PARA CONEXÃO ENTRE OS AEROPORTOS SANTOS DUMONT E INTERNACIONAL ANTONIO CARLOS JOBIM (“GALEÃO”), NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, na cidade do Rio de Janeiro, devidamente descritos, caracterizados e especificados no ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA e no ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO, na forma da lei.

1.1.1 A justificativa para realização da presente contratação, caracterizado o objeto, prazo e área da concessão, foi publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 25 de abril de 2024.

1.2 A presente LICITAÇÃO e adjudicação dela decorrente são regidas por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, Lei Municipal de Concessões Comuns, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei Municipal 207/1980, ratificado pela Lei Complementar Municipal 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal 3.221/1981, e suas posteriores alterações e, no que for aplicável como norma geral, pela Lei Federal de Concessões Comuns, pela Lei Federal 9.074/95 e pela Lei de

Licitações, bem como pelas demais normas municipais aplicáveis, e ainda pelos preceitos de Direito Público e pelas regras constantes deste EDITAL e seus ANEXOS. As referências às normas aplicáveis deverão também ser como referências à legislação que as substituam ou as modifiquem. As LICITANTES declaram conhecer todas essas normas e concordam em se sujeitar às suas estipulações, ao sistema de penalidades previsto nesse instrumento e nas demais regras dele constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento ou nos seus ANEXOS.

- 1.3 As LICITANTES interessadas poderão obter o presente EDITAL e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.ccpa.rj.gov.br/licitacao>, <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras) e <http://ecompras.rj.gov.br>.
- 1.4 Até o dia anterior à data designada para a Sessão Pública de recebimento dos envelopes, o PODER CONCEDENTE manterá à disposição dos interessados os demais dados, estudos e informações referentes ao objeto da LICITAÇÃO, para exame no site <https://www.ccpa.rj.gov.br/licitacao>.
- 1.5 Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelas LICITANTES em razão da presente LICITAÇÃO correrão às suas expensas, sendo de sua exclusiva responsabilidade e risco, ficando o PODER PÚBLICO isento de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independentemente do resultado da LICITAÇÃO.

2. DEFINIÇÕES

- 2.1 Os termos e expressões listados neste item, sempre que grafados com letra maiúscula, terão o significado aqui atribuído, sem prejuízo de outros termos e expressões definidos nos ANEXOS ao presente EDITAL, ou, ainda, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
- 2.2 Os termos e expressões definidos manterão seu significado independentemente do seu uso no singular ou no plural, ou no gênero masculino ou feminino, conforme o caso.

“ADJUDICATÁRIO”	É o LICITANTE vencedor para o qual foi adjudicado o objeto da LICITAÇÃO e que constituiu a CONCESSIONÁRIA.
“AEROPORTO INTERNACIONAL ANTONIO CARLOS JOBIM (‘GALEÃO’)	Complexo Aeroportuário localizado na Ilha do Governador.
“AEROPORTO SANTOS DUMONT”	Complexo Aeroportuário localizado no centro do Rio de Janeiro
“ANEXOS”	Cada um dos documentos anexados ao presente EDITAL.
“APORTE PÚBLICO”	É o aporte de recursos em favor da CONCESSIONÁRIA, a ser pago pelo PODER CONCEDENTE, durante o prazo e na forma estabelecidos no CONTRATO;
“ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS”	Assunção dos serviços pela CONCESSIONÁRIA, quando esta iniciar a prestação dos mesmos.
“BENS REVERSÍVEIS”	Todos os bens móveis e imóveis necessários à prestação do SERVIÇO, construídos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, os quais devem ser revertidos para o patrimônio municipal após o término da vigência desta concessão.
“COLABORADORES”	São todos os funcionários contratados pela CONCESSIONÁRIA para atuar na prestação do serviço.
“COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO” ou “AGENTE DE CONTRATAÇÃO”	Agente Público designado ou Comissão criada para processar e

	julgar a LICITAÇÃO, possuindo as prerrogativas a si atribuídas neste EDITAL e na legislação aplicável, nos termos do Decreto Municipal 51.629/2022.
“CONCESSÃO”	Delegação da prestação do serviço objeto do contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.987/1995 e lei Complementar Municipal 37/1998, durante o prazo estabelecido no edital e no Contrato
“CONCESSIONÁRIA”	A Sociedade de Propósito Específico constituída pelo ADJUDICATÁRIO para assinatura e execução do presente CONTRATO.
“CONCORRÊNCIA”	Modalidade de licitação para a seleção da LICITANTE a constituir a concessionária responsável pela execução do objeto da presente Concessão.
“CONTRATO DE FINANCIAMENTO”	São cada um dos contratos, escrituras públicas de emissão de valores mobiliários, títulos de crédito ou instrumentos equivalentes, pelos quais se outorgam financiamentos à CONCESSIONÁRIA, na forma de dívida, para cumprimento de suas obrigações no âmbito do presente instrumento.

“CONTRATO”	Instrumento jurídico celebrado para concessão do serviço público do transporte aquaviário.
“CONTROLADORES”	Pessoa natural ou jurídica ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, titular de direitos de sócios a lhe assegurarem, permanentemente, a maioria dos votos nas deliberações e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade e que usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade, nos termos do artigo 116, da Lei Federal 6.404/1976 (“Lei das S.A.”).
“CRITÉRIOS DE DESEMPENHO”	Critérios objetivos de avaliação da qualidade dos serviços, em acordo com o CONTRATO e seus ANEXOS, a serem verificados e mensurados pelo PODER CONCEDENTE ou entidade indicada por ele.
“DATA DA PROPOSTA”	Data de apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA nos termos do edital de licitação.
“DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”	São os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira dos

	LICITANTES, de acordo com este EDITAL.
“EDITAL DE LICITAÇÃO” ou “EDITAL”	O edital e os anexos da Concorrência Pública nº 02/2024, por meio da qual a presente CONCESSÃO será outorgada à CONCESSIONÁRIA.
“EMBARCAÇÕES”	Equipamento flutuante de locomoção na água por meios próprios, em quantidade e características relacionadas no Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) e Termo de Referência para transporte dos passageiros integrantes do sistema, regularizado junto à Autoridade Marítima e Aquaviária.
“ENTIDADE FISCALIZADORA”	Entidade, à escolha do PODER CONCEDENTE, responsável pela fiscalização das atividades da Concessão, nos termos do Contrato.
“EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO”	Condições econômico-financeiras estipuladas no contrato quando firmado, de caráter comutativo.
“ESTAÇÕES DE EMBARQUE E DESEMBARQUE”	Pontos de parada com infraestrutura adequada para embarque e desembarque dos passageiros das embarcações, composta pelo píer para atracação, plataforma e salas de espera.

“ESTRUTURAS DOS TERMINAIS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE”	Estações nas proximidades dos Aeroportos Santos Dumont e Internacional Antônio Carlos Jobim (“Galeão”), com infraestrutura adequada para embarque e desembarque dos passageiros das embarcações, integrando-se as instalações de passageiros, instalações administrativas e instalações de apoio operacional, ESTRUTURAS DE ATRACAÇÃO , conforme definição do Termo de Referência.
“ESTATUTO DA CIDADE”	Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001.
“FASE DE IMPLANTAÇÃO”	Etapas de realização da implantação das ESTRUTURAS DOS TERMINAIS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE.
“FASE DE OPERAÇÃO”	Etapas de início das operações e manutenção do sistema, após realização dos investimentos obrigatórios.
“FINANCIADOR”	Cada um dos bancos, agências multilaterais, de crédito à exportação, administradores de fundos ou outras entidades a concederem financiamento à CONCESSIONÁRIA, ou a representarem as partes credoras.

“FINANCIAMENTO”	É cada um dos financiamentos, na forma de dívida, concedidos à CONCESSIONÁRIA para financiar suas obrigações no âmbito do presente CONTRATO.
“GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO”	É a garantia prestada pela CONCESSIONÁRIA em favor do PODER CONCEDENTE sobre as obrigações assumidas na presente CONCESSÃO.
“INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS”	São os investimentos de realização obrigatória para implantação da infraestrutura necessária imediata e mínima da operação do sistema a ser concedido, conforme especificações do TERMO DE REFERÊNCIA
“INVESTIMENTOS PREVISTOS”	São os investimentos esperados, passíveis de revisão pela CONCESSIONÁRIA, para a instalação e operação do sistema, realizados a partir da demanda escalonada e obras realizadas.
“LEGISLAÇÃO APLICÁVEL”	Significa a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, as Leis Federais e Municipais sobre Concessões Comuns; normas infralegais e demais normas aplicáveis vigentes ao PODER CONCEDENTE, à CONCESSIONÁRIA, à CONCESSÃO ou as matérias tratadas no

	presente contrato.
“LEI DE CONCESSÕES”	Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
“LEI DE DELEGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO”	Lei Complementar Municipal 37, de 14 de julho de 1998.
“LEI DE LICITAÇÕES”	Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.
“LICITAÇÃO”	O procedimento administrativo da Concorrência SMCG nº 02/2024, com o objetivo de selecionar a proposta de maior desconto sobre o valor global do aporte público para adjudicação da CONCESSÃO do serviço objeto desta CONCESSÃO.
“MUNICÍPIO” ou “MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”	Município do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno.
“NOTA DE DESEMPENHO”	É a nota atribuída à CONCESSIONÁRIA para medir seu desempenho conforme os CRITÉRIOS estipulados.
“OBRAS”	Construção, reforma, recuperação ou ampliação das áreas referentes aos terminais, a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA.
“ORDEM DE INÍCIO”	É a ordem emitida pelo PODER CONCEDENTE autorizando o início da prestação do objeto da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA, observado

	o disposto no EDITAL e CONTRATO.
“PARTES”	Trata-se do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA.
“ESTRUTURAS DE ATRACAÇÃO”	Estruturas necessárias para realizar a transição das instalações dispostas em terra para a embarcação, em água, e que contempla as passarelas para a travessia dos passageiros e as estruturas de atracação, antes da implantação e operacionalização da prestação dos serviços de transporte público aquaviário.
“PLANO DIRETOR MUNICIPAL”	Lei Complementar Municipal 270, de 16 de janeiro de 2024.
“PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL”	Decreto Municipal 45.781, de 3 de abril de 2019.
“PLANOS DE NEGÓCIOS”	É o plano de negócios do ADJUDICATÁRIO.
“PODER CONCEDENTE”	É o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Coordenação Governamental.
“PODER PÚBLICO”	Trata-se de quaisquer dos entes públicos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, incluindo o PODER CONCEDENTE.
“POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA”	Lei Federal 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

“PROPOSTA ECONÔMICA”	É a PROPOSTA apresentada pelo ADJUDICATÁRIO nos termos do EDITAL, a ter servido de base para a outorga do CONTRATO à CONCESSIONÁRIA, e incorporada ao CONTRATO como ANEXO.
“QUADRO DE INCADORES DE DESEMPENHO”	É o quadro constante como anexo ao CONTRATO, definidor dos critérios a aferir o desempenho da CONCESSIONÁRIA.
“RECEITAS ACESSÓRIAS”	Quaisquer receitas alternativas, acessórias ou complementares às Receitas Tarifárias, decorrentes da exploração do SERVIÇO, exceto as Receitas Financeiras.
“RECEITAS FINANCEIRAS”	Receitas oriundas de aplicações financeiras pela CONCESSIONÁRIA, incluindo, mas não se limitando a juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados a mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices de coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, dentre outras

	desta natureza.
“RECEITAS TARIFÁRIAS”	Receita a ser auferida pela CONCESSIONÁRIA, calculada a partir do número de usuários transportados multiplicado pelo valor da TARIFA.
“REMUNERAÇÃO DO PRESTADOR”	Remuneração constituída pela Tarifa, receitas oriundas de outras fontes de custeio, excluídos os reais custos de investimento e operação do serviço prestado ao usuário pela Concessionária.
“RESPONSÁVEIS TÉCNICOS”	Pessoa legalmente habilitada, possibilitada de assessorar a atividade da CONCESSÃO ou nela atuar.
“SERVIÇO”	Serviço indicado neste EDITAL e CONTRATO.
“SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE”	Modelo de organização empresarial constituidor de nova empresa, de sociedade limitada ou anônima, com um objetivo específico, cuja atividade é restrita e pode ter prazo de existência determinado.
“TARIFA”	Tarifa cobrada do usuário pelos serviços de transporte público coletivo municipal cobrado diretamente pela CONCESSIONÁRIA a título de remuneração pela prestação do SERVIÇO.

“TERMO DE REFERÊNCIA”	Documento no qual o PODER CONCEDENTE define as suas necessidades, com especificação de objeto e elementos necessários voltados à perfeita contratação e execução.
“TRANSPORTE AQUAVIÁRIO”	Transporte realizado, via embarcações, por mar, rio, lago, lagoas, baías e outras formas hidrográficas.
“USUÁRIOS”	Conjunto de pessoas a fazerem uso dos serviços objeto da presente CONCESSÃO.
“VALOR DO CONTRATO”	Valor constante do Item 9 deste EDITAL.

3. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 3.1 Os interessados poderão solicitar quaisquer informações e esclarecimentos acerca desta LICITAÇÃO ou interpretação de qualquer dos dispositivos deste EDITAL até 3 (três) dias úteis antes da data assinada para a abertura da Sessão Pública de recebimento dos envelopes, por escrito, através do endereço eletrônico dep@ccpar.com.br, contendo o arquivo com as questões formuladas em formato “pdf.” ou “doc.”, com informação do endereço eletrônico do LICITANTE para resposta.

3.1.1 Caberá ao presidente da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO responder aos pedidos de esclarecimentos até 1 (um) dia útil antes da data assinada para a abertura da Sessão Pública de recebimento dos envelopes, com disponibilização da resposta para todos os interessados por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNPC), no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (e-Compras Rio) e no sítio eletrônico da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (www.ccpa.rj.gov.br).

3.1.2 Não sendo formulados pedidos de esclarecimentos sobre a LICITAÇÃO, pressupõe-se que os elementos fornecidos no EDITAL são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito da LICITAÇÃO, não restando direito às LICITANTES para qualquer reclamação ulterior.

3.2 Qualquer pessoa poderá formular impugnações a este EDITAL até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da Sessão Pública de recebimento dos envelopes, por escrito, por meio do endereço eletrônico dep@ccpar.com.br, contendo o arquivo com as questões formuladas em formato “pdf.” ou “doc.” com informação do endereço eletrônico do LICITANTE para resposta.

3.3 No caso de CONSÓRCIO, a impugnação deverá ser assinada pelo representante da empresa líder.

3.4 Caberá à AUTORIDADE SUPERIOR, auxiliada pelo Presidente da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, decidir sobre a impugnação até 1 (um) dia útil antes da data assinada para a abertura da Sessão Pública de recebimento dos envelopes, com disponibilização da resposta para todos os interessados e sua divulgação por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNPC), no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (e-Compras Rio) e no sítio eletrônico da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (www.ccpa.rj.gov.br).

3.5 A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados as informações e os esclarecimentos ou decididas as impugnações existentes. Apresentada a resposta da Administração, a Sessão Pública de recebimento

dos envelopes será realizada nos prazos indicados nos itens 3.1.1. ou 3.2, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação de outra data pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do EDITAL.

- 3.6 As respostas aos pedidos de informação e esclarecimento e as decisões das impugnações obrigarão a todas as LICITANTES e passarão a fazer parte deste EDITAL.
- 3.7 Em caso de resposta ou decisão que venha a repercutir na apresentação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou na formulação das PROPOSTAS ECONÔMICAS, deverá ser reaberto o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação dos envelopes, a contar da data da sua divulgação.
- 3.8 A participação nesta LICITAÇÃO implica a integral e incondicional aceitação e concordância de todos os termos e condições estabelecidas neste EDITAL e seus ANEXOS, bem como na observância da legislação, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

4. RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DO EDITAL

- 4.1 O PODER CONCEDENTE tem a prerrogativa de retificar e alterar qualquer disposição deste EDITAL até a data da Sessão Pública de recebimento dos envelopes.
- 4.2 As retificações e alterações do EDITAL obrigarão a todas as LICITANTES e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do EDITAL.
- 4.3 Em caso de retificação ou alteração de cláusula que venha a repercutir na apresentação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou na formulação das PROPOSTAS ECONÔMICAS, deverá ser reaberto o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação dos envelopes, a contar da data da sua divulgação.

5. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

- 5.1 Autorização da AUTORIDADE SUPERIOR (conforme artigo 252 do CAF) consta no Processo Administrativo nº SMG-PRO-2023/00026, tendo sido publicada

no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO – de 11 de abril de 2024.

6. DIA, HORA E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

- 6.1 No dia 05 de dezembro 2024, às 14h, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO estará reunida[o] na Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPar, na Rua Sacadura Cabral, 133, 1º andar, para realizar a Sessão Pública de recebimento dos envelopes referentes à CONCORRÊNCIA SMCG nº 02/2024. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

7. OBJETO E METAS

- 7.1 O objeto da presente LICITAÇÃO é a CONCESSÃO PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO DE PASSAGEIROS PARA CONEXÃO ENTRE OS AEROPORTOS SANTOS DUMONT E INTERNACIONAL ANTONIO CARLOS JOBIM (“GALEÃO”), NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, conforme as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II), na minuta de CONTRATO (ANEXO I) e demais ANEXOS, na forma da lei e das normas regulamentares.
- 7.2 A execução da CONCESSÃO tem de obedecer ao disposto nas normas, padrões e procedimentos constantes da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, no presente EDITAL e em seus ANEXOS, bem como na documentação apresentada pelo ADJUDICATÁRIO.
- 7.3 A presente CONCESSÃO tem por metas:
- (i) Promover a prestação dos SERVIÇOS de implantação, operação e manutenção do Sistema de Transporte Aquaviário de Passageiros e conectar pela Baía de Guanabara os Aeroportos Santos Dumont e Internacional Antônio Carlos Jobim (“Galeão”), em conformidade com os princípios de transparência, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, atualidade,

generalidade, cortesia, modicidade tarifária, defesa do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico e paisagístico, respeito ao usuário e ao cidadão;

(ii) Alcançar níveis objetivos de performance, conforme especificados em CONTRATO (ANEXO I), TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II), SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO (ANEXO VI.3, do CONTRATO) e Proposta Econômica; e

(iii) Contribuir para o desenvolvimento da mobilidade urbana, permitindo a interligação entre modais de acordo com as diretrizes do Plano Diretor Municipal (Lei Complementar Municipal 270/2024), previstas no artigo 40.

7.4 O objeto da presente licitação incluirá:

(i) A elaboração de projetos necessários à realização de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e INVESTIMENTOS PREVISTOS voltados à plena operação e manutenção do serviço objeto do CONTRATO;

(ii) A obtenção e manutenção das aprovações, autorizações e licenças ambientais necessárias para a execução do objeto do CONTRATO;

(iii) A implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, nos termos do ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, e a garantia de sua permanente atualidade e modernidade, nos termos do CONTRATO (ANEXO I);

(iv) A implantação, operação e manutenção do Sistema de Transporte Aquaviário entre os Aeroportos Santos Dumont e Internacional Antônio Carlos Jobim (“Galeão”) durante o prazo da CONCESSÃO, conforme TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II), nos termos do CONTRATO (ANEXO I) e demais anexos a este EDITAL; e

(v) O desenvolvimento de negócios a constituir fonte de RECEITAS ACESSÓRIAS, complementares ou derivadas de projetos associados na forma e nas condições previstas no CONTRATO.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1 A presente LICITAÇÃO será julgada pelo critério de MAIOR DESCONTO SOBRE O VALOR GLOBAL DO APORTE PÚBLICO apresentada para a concessão do serviço público.

9. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

- 9.1 O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ 107.131.711,40(cento e sete milhões cento e trinta e um mil setecentos e onze reais e quarenta centavos), correspondente à soma dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS E INVESTIMENTOS PREVISTOS descritos no Termo de Referência.
- 9.2 Os valores mencionados acima foram fixados com base em projeções elaboradas pelo PODER CONCEDENTE nos autos do Processo Administrativo SMG-PRO-2023/00026, constando do presente Edital, em cumprimento às normas financeiras e orçamentárias a ele impostas, não servindo, por conseguinte, para assegurar qualquer direito aos LICITANTES ou à CONCESSIONÁRIA, que deverão, por sua própria conta e risco, realizar as investigações, levantamentos e estudos, e desenvolver os projetos para permitir a apresentação de suas PROPOSTAS ECONÔMICAS e PLANOS DE NEGÓCIOS, e para subsidiar as suas estratégias de gestão do SERVIÇO.

10. PRAZO

- 10.1 O CONTRATO vigorará pelo prazo de 30 (trinta) anos, contados a partir da ORDEM DE INÍCIO.

11. VISITA TÉCNICA

- 11.1 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO considerará que as propostas apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento da área e condições para execução dos SERVIÇOS, não podendo a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos, ou condições do CONTRATO, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o objeto da LICITAÇÃO.
- 11.2 O comparecimento das LICITANTES na visita técnica não é obrigatório. Mas, caso desejado, as LICITANTES, às suas expensas, poderão efetuar visita técnica à área destinada a operação dos serviços, conforme o caso, para verificar as condições locais, mediante a presença de, no máximo, 5 (cinco) representantes, informando seus respectivos nomes, munidos de documentos de identificação

- 11.3 As LICITANTES interessadas em efetuar visita técnica deverão agendá-la junto à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, com antecedência mínima de 7 (sete) dias. As visitas técnicas ocorrerão entre os dias 02 de maio e 28 de maio de 2024, conforme o volume de requerimentos dos LICITANTES, em horários diferentes para os eventuais interessados.
- 11.4 A visita técnica será coordenada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, a qual disponibilizará um ou mais técnicos para acompanhamento das LICITANTES no local.
- 11.5 A visita técnica tem por finalidade permitir às LICITANTES avaliarem a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da CONCESSÃO, formas e condições de suprimento, meios de acesso ao local e para a obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários à preparação das suas propostas, bem como para a prestação dos SERVIÇOS.
- 11.6 Independentemente de realização da visita técnica, as PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas serão consideradas elaboradas com perfeito conhecimento da área e locais atingidos pela CONCESSÃO, não podendo a vencedora pleitear modificações nos preços, prazos ou condições do contrato, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o objeto da licitação, devendo apresentar a Declaração de Pleno Conhecimento da Área de Concessão, na forma do Modelo constante do Anexo V, observado o disposto no Item 16.

CAPÍTULO II – DO REGULAMENTO DA LICITAÇÃO

12. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 12.1 Poderão participar da presente licitação as sociedades brasileiras ou estrangeiras, de forma isolada ou reunidas em CONSÓRCIOS, e que comprovarem possuir os requisitos de qualificação exigidos, bem como satisfaçam todos os termos e as condições previstas neste Edital.

- (i) Para efeitos do presente EDITAL, equiparam-se as sociedades e, portanto, terão sua participação admitida na presente LICITAÇÃO, as entidades fechadas ou

abertas de previdência complementar, as instituições financeiras, fundações, fundos de investimentos e as empresas com atividade de investidoras financeiras, desde que reunidas em consórcio com outra(s) sociedade(s) empresária(s) que atenda(m) às condições de habilitação.

12.2 Não poderão participar desta LICITAÇÃO, direta ou indiretamente, isoladamente ou em CONSÓRCIO, pessoas jurídicas:

- (i) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- (ii) Suspensas do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública Municipal;
- (iii) Sob intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;
- (iv) Cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do MUNICÍPIO ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de publicação do EDITAL;
- (v) Que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses;
- (vi) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- (vii) Empresas Controladoras, Controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- (viii) Condenadas à pena de interdição temporária de direitos pela prática de crime ambiental prevista no artigo 10, da Lei Federal 9.605/1998; e
- (ix) Constituídas sob a forma de sociedades cooperativas.

12.3 As LICITANTES estrangeiras deverão, como condição indispensável de participação nesta LICITAÇÃO:

- (i) Possuir na data de apresentação dos envelopes, representante residente no Brasil com mandato para representá-las em quaisquer atos relacionados à presente LICITAÇÃO, devendo, inclusive, poder receber citações e responder administrativa e judicialmente pelos atos praticados em nome de tais sociedades;
- (ii) Atender aos itens do presente EDITAL mediante apresentação de documentos equivalentes autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado

13. CONSÓRCIOS

13.1 Em se tratando de Consórcio, e observadas as demais exigências fixadas neste Edital, a participação dos LICITANTES deverá atender ao disposto ao longo do artigo 15, da Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como ao artigo 19, da Lei Federal n.º 8.987/1995, e suas alterações, dependendo da observância às seguintes disposições:

13.2 Os CONSÓRCIOS deverão ser compostos por no máximo 4 (quatro) sociedades empresariais.

13.3 As sociedades consorciadas, assim como as suas coligadas, controladas, controladoras e sociedades sob controle comum não poderão participar da licitação isoladamente, por intermédio de mais de um consórcio, ou por qualquer forma que resulte na apresentação de mais de uma proposta por parte das referidas sociedades e/ou do respectivo grupo empresarial.

13.4 As sociedades consorciadas poderão apresentar, de forma conjunta, mas individualizada, os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

13.5 As consorciadas poderão atender isoladamente ou somar seus quantitativos técnicos, independentemente da proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atenderem as exigências deste EDITAL.

13.6 Deverá ser apresentado, nos documentos relativos à habilitação jurídica, o instrumento público ou particular de compromisso de constituição do CONSÓRCIO, subscrito por todas as consorciadas, contemplando:

- (i) A denominação do CONSÓRCIO;

- (ii) Os objetivos do CONSÓRCIO, restritos à participação na LICITAÇÃO;
- (iii) A indicação da porcentagem de participação das consorciadas no CONSÓRCIO;
- (iv) A indicação da empresa líder do CONSÓRCIO, que será responsável pelos atos praticados pelo CONSÓRCIO perante o PODER CONCEDENTE;
- (v) A outorga de amplos poderes à empresa líder do CONSÓRCIO para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à LICITAÇÃO, podendo assumir obrigações em nome do CONSÓRCIO;
- (vi) Declaração expressa de cada participante do CONSÓRCIO, vigente a partir da data de apresentação das propostas, de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos da LEI DE LICITAÇÕES, no tocante ao objeto desta LICITAÇÃO, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas nas propostas. A responsabilidade solidária dos membros do CONSÓRCIO cessará:
 - (a) no caso de o CONSÓRCIO ter sido vencedor, após o término da vigência do CONTRATO; e,
 - (b) no caso de o CONSÓRCIO não ter sido vencedor, em 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do CONTRATO;
- (i) Vedação à participação de uma mesma sociedade (incluindo suas coligadas, controladas, controladoras ou outra sociedade sob controle comum) ou de um mesmo fundo de investimento (incluindo seus gestores) em mais de um consórcio, bem como de qualquer outro arranjo empresarial que resulte na apresentação de mais de uma proposta por parte de uma mesma sociedade ou fundo de investimento; e
- (ii) Compromisso de que, caso venha a ser vencedor da LICITAÇÃO, o CONSÓRCIO constituirá Sociedade de Propósito Específico, segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede no MUNICÍPIO e com estrutura administrativa, contábil e fiscal específica.

13.7 No caso de CONSÓRCIO entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

- 13.8 A inabilitação ou desclassificação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação do CONSÓRCIO da presente LICITAÇÃO.
- 13.9 Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou a alteração da participação de qualquer consorciada, desde a apresentação dos envelopes até a assinatura do CONTRATO.
- 13.10 O CONSÓRCIO vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do CONTRATO.
- 13.11 Em se tratando de CONSÓRCIO vencedor, este deverá providenciar, previamente à celebração do respectivo CONTRATO, a constituição da Sociedade de Propósito Específico, conforme previsto neste EDITAL, observando as mesmas participações no seu capital social do que aquelas constantes do CONSÓRCIO e seu compromisso de constituição, salvo se diversamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE. Fica ressalvado que o CONSÓRCIO que tenha apresentado apenas Compromisso de Constituição de Consórcio, caso se sagre vencedor, poderá optar por diretamente constituir a sociedade de propósito específico, deixando de constituir formalmente o CONSÓRCIO.

14. CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO

- 14.1 Esta LICITAÇÃO será processada e julgada em duas fases, sendo a primeira, de julgamento de propostas, e a segunda, de habilitação, por uma COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, conforme as regras gerais estabelecidas nos itens seguintes.
- 14.2 A fase de julgamento das propostas consistirá na avaliação das PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas pelas LICITANTES, nos termos deste EDITAL.
- 14.3 A fase de habilitação consistirá na análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE que tiver sua PROPOSTA ECONÔMICA mais bem classificada, conforme os termos desse EDITAL e seus ANEXOS.
- 14.4 Será declarada vencedora a LICITANTE que tiver apresentado a PROPOSTA ECONÔMICA mais bem classificada e for devidamente habilitada, nos termos deste EDITAL.

- 14.5 A intimação e a divulgação dos atos desta LICITAÇÃO serão feitas por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, podendo também a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO fazê-lo por outros meios de comunicação que considerar convenientes.
- 14.6 As LICITANTES devem examinar todas as disposições deste EDITAL e seus ANEXOS, implicando a apresentação de documentação e respectivas propostas na aceitação e concordância integral e incondicional com os termos e condições deste instrumento convocatório.
- 14.7 Após a entrega dos envelopes, não caberá à LICITANTE desistir de sua proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO.
- 14.8 Todos os atos praticados na sessão serão lavrados em ata assinada pelas LICITANTES presentes e pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

15. REGRAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA ECONÔMICA

- 15.1 Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA ECONÔMICA deverão ser apresentados conforme segue:
- 15.2 A documentação será rubricada e numerada sequencialmente e em ordem crescente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos, capas e folhas de rosto, independentemente da quantidade de volumes de cada caderno, da primeira à última página, de modo que a numeração relativa à última página seja igual à quantidade total de páginas apresentadas.
- 15.3 Todas as páginas deverão, ainda, estar rubricadas pelo representante legal da LICITANTE.

15.3.1 Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal da LICITANTE nas páginas de documentação, poderá a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO solicitar, que, durante a Sessão Pública de recebimento dos envelopes, sane a incorreção.

15.3.2 Todos os documentos apresentados na presente LICITAÇÃO deverão ser entregues em língua portuguesa.

15.3.3 Os valores constantes de quaisquer dos documentos solicitados nesta LICITAÇÃO, incluindo sem limitação aqueles contidos na habilitação econômico-financeira, deverão ser expressos em Reais (R\$).

15.3.3.1 Caso tais valores sejam apurados em outra moeda, a Licitante deverá converter esses valores em Reais (R\$) à taxa de câmbio comercial para venda, divulgada pelo Banco Central do Brasil, devendo, para tanto, explicitar a taxa de conversão utilizada no próprio documento.

15.4 Às sociedades estrangeiras aplicam-se todos os termos e condições contidos neste EDITAL, com as regras nele previstas para tais LICITANTES, conforme o artigo 70, parágrafo único, da Lei Federal 14.133/2021.

15.5 Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas deverão ser certificados pelo notário público do País de origem, certificados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem e acompanhados da respectiva tradução para a Língua Portuguesa realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil.

15.6 As empresas estrangeiras que participarem isoladamente ou por meio de CONSÓRCIO, que não funcionem no Brasil, deverão apresentar a documentação exigida em conformidade com a legislação do país de origem, devendo, tanto quanto possível, apresentar documentos equivalentes àqueles exigidos das empresas brasileiras, de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade e exigibilidade.

- 15.7 Devem ser apresentados única e exclusivamente os documentos exigidos neste EDITAL, evitando-se duplicidade ou inclusão de documentos dispensáveis ou não solicitados.
- 15.8 É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes, sem prejuízo do disposto na Seção 21.
- 15.9 Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA ECONÔMICA exigidos nesta LICITAÇÃO deverão ser apresentados em envelopes opacos, fechados, indevassáveis, distintos e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE A – PROPOSTA ECONÔMICA
Edital de Concorrência [*] nº - Concessão para implantação, operação e manutenção do sistema de transporte aquaviário de passageiros para conexão entre os Aeroportos Santos Dumont e Internacional Antônio Carlos Jobim (“Galeão”), na cidade do Rio de Janeiro.
[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DO CONSÓRCIO LICITANTE]
[NOME, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]
Em caso de consórcio licitante, incluir: [DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO LICITANTE]

ENVELOPE B – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Edital de Concorrência [*] nº - Concessão para implantação, operação e manutenção do sistema de transporte aquaviário de passageiros para conexão entre os Aeroportos Santos Dumont e Internacional Antônio Carlos Jobim (“Galeão”), na cidade do Rio de Janeiro.

[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DO CONSÓRCIO LICITANTE]

[NOME, ENDEREÇO, TELEFONE, E-MAIL DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

Em caso de consórcio licitante, incluir:

[DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL DAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO LICITANTE]

15.10 Quando da apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA ECONÔMICA, as LICITANTES expressam pleno conhecimento de que:

- (i) Respondem pela veracidade e autenticidade das informações constantes dos documentos que apresentarem;
- (ii) Autorizam a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO a proceder, em qualquer fase da LICITAÇÃO, às diligências que entender necessárias destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes; e
- (iii) Conhecem as condições e as características da CONCESSÃO objeto desta LICITAÇÃO;

- 15.11 Não serão aceitas, posteriormente à entrega dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA ECONÔMICA, modificações e complementações sob alegação de insuficiência de dados ou informações, salvo aquelas necessárias ao saneamento de falhas ou correções de caráter formal no curso do procedimento, e desde que realizadas no prazo estipulado pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO.
- 15.12 A PROPOSTA ECONÔMICA deverá ser entregue pelos representantes das LICITANTES à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO na Sessão Pública, a ocorrerem horário, data e local indicados neste EDITAL, ficando vedada a entrega mediante qualquer outro modo, inclusive, via correio.
- 15.13 Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE mais bem classificada serão entregues à COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO conforme procedimento disposto no item 20 deste EDITAL.

16. CREDENCIAMENTO

- 16.1 Os representantes das LICITANTES durante a LICITAÇÃO deverão realizar o credenciamento no início da Sessão Pública de recebimento dos envelopes.
- 16.2 As LICITANTES participantes serão representadas na sessão por seus representantes, que deverão estar devidamente munidos de credencial que os autoriza a participar do procedimento licitatório. Por credencial, entende-se:
- (i) Procuração passada por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, específico para a presente licitação, com a outorga de poderes para praticar todos os atos referentes ao certame, inclusive para receber notificações, apresentar e desistir de recursos, em nome da LICITANTE, ou Carta de Credenciamento, na forma do Modelo constante no ANEXO V, acompanhadas, em ambos os casos, dos atos constitutivos da sociedade empresária que comprove os poderes do outorgante da procuração;

(ii) Atos constitutivos da sociedade empresária no qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações no caso em que o próprio sócio administrado comparecer à sessão.

16.3 No caso de CONSÓRCIO, a procuração para o representante deverá ser assinada pela empresa líder e deverá estar acompanhada das procurações das demais consorciadas outorgando poderes para que aquela as represente no certame.

16.4 No caso de sociedade estrangeira, o representante deverá ser residente e domiciliado no Brasil e a procuração deverá ser acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do(s) outorgante(s), com assinaturas reconhecidas por notário ou outra autoridade competente e pela representação consular do Brasil no país de origem.

16.5 O representante deverá, antes da entrega dos envelopes e da credencial, identificar-se exibindo a via original do documento de identificação oficial ou de outro documento equivalente e cópia reprográfica, a ser autenticada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO;

16.6 O credenciamento dos representantes, na forma prevista neste EDITAL, confere-lhes o direito de participar das sessões públicas do certame, inclusive com direito à voz, sendo estes os únicos autorizados a manifestar-se em nome da LICITANTE.

16.7 A não apresentação ou a incorreção dos documentos para o credenciamento ou a não apresentação ou a incorreção da Carta de Credenciamento não inabilitará ou desclassificará a LICITANTE, mas impedirá o potencial credenciado ou representante legal de se manifestar ou responder pela LICITANTE nas respectivas sessões, consignar em ata suas observações, rubricar ou tomar ciência de documentos, bem como de praticar quaisquer outros atos nas sessões públicas, cabendo tão somente ao não credenciado o acompanhamento do desenvolvimento dos procedimentos, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, podendo incorrer em crime tipificado no artigo 337-I, do Código Penal.

- 16.8 Para a participação na sessão pública cada LICITANTE poderá indicar, no máximo, 02 (dois) representantes credenciados.
- 16.9 A qualquer momento, no curso do processo de licitação, a LICITANTE poderá constituir ou substituir seus representantes.
- 16.10 Durante o procedimento de credenciamento, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de LICITANTE declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração Pública ou declarada inidônea.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 17.1 Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues no original ou em cópia reprográfica autenticada por cartório competente em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da LICITANTE, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso.
- 17.2 Se os certificados, declarações, registros e certidões exigidos para habilitação das LICITANTES não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, e, da mesma forma, não conste previsão de prazo de validade em legislação específica, serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.
- 17.3 A LICITANTE que possuir documentos vencidos deverá apresentar declaração de inexistência de fato superveniente, devendo apresentar a referida declaração com o restante da documentação.
- 17.4 Serão admitidos certificados, declarações, registros e certidões obtidos pela internet, desde que tenham sido emitidos por sites oficiais e que o documento contenha a indicação do site em que poderá ser verificada a autenticidade da informação.

17.5 Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO quanto à veracidade dos respectivos conteúdos.

17.6 Não serão aceitos como documentos hábeis a suprir exigências deste EDITAL pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

Habilitação Jurídica

17.7 A habilitação jurídica da LICITANTE se comprovará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.7.1 Registro comercial, no caso de empresário individual.

17.7.2 Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado.

17.7.2.1 Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

17.7.3 Ato constitutivo, devidamente inscrito, no caso de sociedade simples, acompanhado de documento demonstrativo da composição da diretoria em exercício.

17.7.3.1 Na hipótese de existir alteração no documento citado acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

17.7.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.7.5 Comprovante da autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil – BACEN, em se tratando de LICITANTE instituição financeira;

17.7.6 Comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pela Secretaria de Previdência Complementar, em se tratando de LICITANTE entidade aberta ou fechada de previdência complementar.

17.8 Em se tratando de LICITANTE fundo de investimento, este deverá apresentar os seguintes documentos:

- (i) Ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente;
- (ii) Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;
- (iii) Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários;
- (iv) Regulamento do fundo de investimento (e suas posteriores alterações, se houver), devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos;
- (v) Comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado pela assembleia de cotistas a participar da LICITAÇÃO e que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da

LICITAÇÃO, assumindo em nome do fundo de investimentos todas as obrigações e direitos que dela decorrem;

(vi) Comprovante de qualificação e registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários;

17.8.1 Termo de compromisso de constituição de Sociedade de Propósito Específico, acompanhado das respectivas minutas de estatuto social e quadro acionário até o último nível de controladores.

17.8.2 Declaração formal de que atende às disposições do artigo 9º, §1º, da Lei 14.133/2021 e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal 9.381/2001, na formado Modelo constante do Anexo V deste Edital.

17.8.3 Declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar da Licitação ou contratar com a Administração Pública, conforme modelo constante do ANEXO V deste Edital.

17.8.4 Declaração formal de responsabilização civil e administrativa nos termos previstos no Decreto Municipal nº 43.562/2017, na forma do Modelo constante do Anexo V deste Edital.

17.8.5 Declaração formal de que a execução do contrato objeto desta licitação observará as disposições da política municipal de gestão sustentável de resíduos da construção civil, em conformidade com o disposto nos Decretos Municipais nº 27.078/2006 e nº 33.971/2011, na forma do Modelo constante do Anexo V deste Edital.

17.8.6 Declaração conforme modelo nº 11, contante do ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÕES E CARTAS DE CREDENCIAMENTO – Declarações Gerais.

Qualificação Econômico-Financeira

17.9 A qualificação econômico-financeira da LICITANTE se comprovará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.9.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação dos envelopes;

a) Os documentos referidos no presente ITEM 17.9.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; e

b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

17.9.1.1 A LICITANTE que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD – deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

17.9.1.2 Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(i) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade em que tiver sede a LICITANTE, com a indicação do número das páginas transcritas no livro diário, e ser registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente;

(ii) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

(iii) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente;

(iv) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado

no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente;

(v) Quando se tratar de empresas estrangeiras, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social deverão ser apresentados com todos os valores convertidos para R\$ (reais), na forma do item 15.3.3 e 15.3.3.1.

17.9.2 Comprovação de atendimento aos indicadores mencionados neste item, com exceção dos fundos de investimentos e das entidades de previdência complementar, mediante demonstrativo de cálculo, devidamente assinado por contador ou técnico registrado no Conselho Regional de Contabilidade, tomando por base o balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios que satisfaçam referidos indicadores, utilizando as fórmulas a seguir:

(i) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1,0. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}$$

(ii) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 4,0. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$IE = \frac{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}{PATRIMÔNIO\ LÍQUIDO}$$

17.9.3 Os fundos de investimentos deverão comprovar Índice de Alavancagem (IA) igual ou menor a 14, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IA = \frac{CT}{PL}$$

Onde,

CT = Captação Total, representado pelo Capital Social Integralizado mais as reservas capitalizáveis e lucros, menos os prejuízos.

PL = Patrimônio Líquido, representado pelo Capital Social Integralizado, mais as reservas capitalizáveis e lucros menos prejuízos.

17.9.4 As entidades de previdência complementar deverão comprovar índice de Cobertura de Benefícios (ICB) igual ou maior a 0,7, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICB = \frac{(AT - CC - EO - EC - F - BC - PMI)}{BaC}$$

Onde,

AT = Ativo Total.

CC = Contribuições Contratadas.

EO = Exigível Operacional.

EC = Exigível Contingencial.

F = Fundos.

BC = Benefícios Concedidos.

PMI = Provisões Matemáticas a Integralizar.

BaC = Benefícios a Conceder.

17.9.5 Em caso de participação de sociedades em consórcio, cada membro do consórcio deverá demonstrar individualmente o atingimento dos índices acima.

17.9.6 A LICITANTE deverá ser dotada de Capital Social ou de Patrimônio Líquido mínimo igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da concessão, o que corresponde a R\$ 5.356.585,57 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e seis mil quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), na forma do artigo 69, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, admitida a atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais.

17.9.7 Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da LICITANTE.

i) Para as LICITANTES sediadas no MUNICÍPIO, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas;

ii) As LICITANTES sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperações judiciais e extrajudiciais, e insolvências civis;

iii) No caso de pessoa jurídica que esteja em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, sua participação na Licitação será admitida, desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua capacidade econômico-financeira; e

iv) A comprovação de capacidade econômico-financeira referida no subitem acima deverá ser feita mediante a demonstração de que o plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores e a recuperação judicial foi concedida judicialmente ou, no caso de recuperação extrajudicial, mediante a demonstração de que o plano de recuperação extrajudicial foi homologado pelo juízo competente.

17.9.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Regularidade Fiscal

17.10 A regularidade fiscal da LICITANTE se comprovará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

17.11.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

17.11.2 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante apresentação dos seguintes documentos:

17.11.2.1 A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

17.11.2.2 A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da LICITANTE será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a LICITANTE, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual.

17.11.2.3 A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da LICITANTE será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a LICITANTE, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal.

17.11.3 No caso de LICITANTE domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a LICITANTE proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

17.11.3.1 No caso de LICITANTE domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a LICITANTE, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a LICITANTE proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

17.11.4 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

17.11.5 No caso de LICITANTE estrangeira, a comprovação de regularidade fiscal será aferida por meio da apresentação de documentos equivalentes aos relacionados, sempre de acordo com a lei do país de origem da LICITANTE e observadas as formalidades previstas nesse EDITAL.

Regularidade Trabalhista

17.12 A documentação relativa à regularidade trabalhista da LICITANTE se comprovará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.12.1 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela LICITANTE, na forma do Modelo constante do Anexo V deste Edital, de que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Municipal 23.445/2003.

17.12.2 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

Qualificação Técnica

17.13 A documentação relativa à qualificação técnica da LICITANTE se comprovará mediante a apresentação dos seguintes documentos:

17.13.1 Prova de registro da LICITANTE na entidade de fiscalização profissional competente, se couber.

17.13.2 Atestado de capacidade técnica, em nome da LICITANTE ou de uma das empresas consorciadas, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhada, se for o caso, de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho Profissional correspondente, demonstrando que o PROPONENTE tenha executado satisfatoriamente o referido objeto, comprovando a experiência da LICITANTE no desempenho concomitante das seguintes atividades:

- i) Gestão e operação de estação ou terminal de passageiros em qualquer modal de transporte com demanda realizada de 200.000 (duzentos mil) passageiros ou veículos no somatório de quaisquer 24 (vinte e quatro) meses contínuos de operação, considerando o somatório de passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito; e
- ii) Gestão e operação de transportes marítimos, portuários ou aquaviários, comprovando experiência mínima de 2 (dois) anos.

17.13.2.1 O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser emitido(s), preferencialmente, em papel timbrado, e conter, no mínimo:

- i) Objeto;
- ii) Identificação do emitente (razão social), endereço, CNPJ, local, data de emissão, identificação do subscritor, cargo e a assinatura do responsável pelas informações, com informações atualizadas de seus telefones e e-mail para contato;
- iii) Identificação e CNPJ do contratado;
- iv) Descrição dos serviços prestados;
- v) Quantidade ou valor dos serviços prestados;
- vi) Datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
- vii) Local da realização das atividades e serviços.

17.13.3 Quando o atestado tiver sido emitido em nome de CONSÓRCIO do qual a LICITANTE tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual; e

III - Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio

17.13.3.1 Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas LICITANTES, desde que eles sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

17.13.4 Serão aceitas declarações, em substituição aos atestados, quando a empresa estiver operando negócio próprio, sendo que tais declarações deverão estar acompanhadas de documentos comprobatórios pertinentes expedidos pelo estabelecimento da própria LICITANTE, tais como notas fiscais, faturas ou contratos firmados com terceiros.

17.13.5 Serão admitidos, para efeito da comprovação da qualificação técnica do LICITANTE, atestados emitidos em nome de CONTROLADA, CONTROLADORA ou de entidade(s) sujeita(s) ao mesmo CONTROLE, sejam nacionais ou estrangeiras, desde que acompanhadas de documentos comprobatórios da experiência atestada e desde que a LICITANTE seja parte do grupo econômico da empresa detentora dos atestados há mais de 12 (doze) meses.

17.13.6 Declaração formal da LICITANTE de que assume o compromisso de utilização exclusiva de produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal, sob as penas da lei, quando for o caso, na forma do Modelo constante do Anexo V deste Edital.

17.13.7 Prova de inscrição no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – ou declaração de que a LICITANTE não está obrigada a se inscrever no referido cadastro.

18. PROPOSTA ECONÔMICA

18.1 Caberá a cada LICITANTE realizar, por sua própria conta e risco, investigações, levantamentos e estudos, bem como desenvolver projetos para permitir a apresentação de sua PROPOSTA ECONÔMICA.

18.2 A PROPOSTA ECONÔMICA será apresentada no original, em uma única via, digitada em linguagem clara e objetiva, nos exatos termos do modelo constante do ANEXO IV do EDITAL, sem erros ou rasuras, devendo ser assinada pelo responsável legal da LICITANTE ou pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome desta.

18.3 A PROPOSTA ECONÔMICA da LICITANTE deverá conter:

i) O valor referente ao VALOR GLOBAL DO APORTE para a IMPLANTAÇÃO DA CONCESSÃO do serviço, que deve ser expresso em algarismo e por extenso, seguido do símbolo próprio, sem espaço entre o símbolo e o algarismo, além das demais informações e declarações, respeitando o valor máximo de R\$ 21.792.362,71 (vinte um milhões setecentos e noventa e dois mil trezentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos););

- ii) O valor referente aos ENCARGOS DE FISCALIZAÇÃO, no valor de 2,0% (dois por cento) da Receita Operacional Bruta;
- iii) O valor referente à OUTORGA VARIÁVEL, no valor de 3,0% (três por cento) da Receita Operacional Bruta.

18.3.1 Ocorrendo divergência entre os valores expressos em algarismos e seus respectivos extensos, prevalecerão estes últimos.

18.4 Juntamente com a PROPOSTA ECONÔMICA, a LICITANTE deverá apresentar o PLANO DE NEGÓCIOS, conforme o ANEXO VII – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS.

18.5 Serão desclassificadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS:

- i) Apresentadas em desacordo com os modelos contidos no ANEXO IV;
- ii) Que deixarem de observar as exigências e condições ou não contiverem todos os documentos requeridos pelo EDITAL;
- iii) Que contiverem rasura, borrão, entrelinha ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;
- iv) Que contiverem emendas, ressalvas ou omissões;
- v) Que impliquem oferta submetida a condição ou termo não previstos neste EDITAL;
- vi) Que apresentarem oferta com desconto ou qualquer outra vantagem em relação às PROPOSTAS ECONÔMICAS das demais LICITANTES, ou de qualquer outra natureza
- vii) Que não estiverem totalmente expressas em R\$ (reais);
- viii) Que não estiverem redigidas em língua portuguesa
- ix) Que não considerarem todos os tributos incidentes sobre o objeto da LICITAÇÃO, na forma da legislação vigente
- x) Que considerarem qualquer benefício fiscal que possa vir a ser conferido à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da União, do Estado e do Município, durante o prazo da CONCESSÃO, sem que efetivamente exista no momento da LICITAÇÃO
- xi) Cujos documentos não estiverem assinados por pessoa habilitada; e
- xii) Que contiverem outros vícios capazes de comprometer a sua validade.

18.6 O prazo de validade da PROPOSTA ECONÔMICA deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias contados da data designada para entrega dos envelopes.

19. RECEBIMENTO, ABERTURA E EXAME DAS PROPOSTAS ECONÔMICAS

19.1 No dia, local e hora indicados no Preâmbulo deste EDITAL, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, se reunirá para realizar a Sessão Pública de recebimento das PROPOSTAS ECONÔMICAS das LICITANTES que tenham sido apresentados nos termos estabelecidos no item 15 deste EDITAL.

19.2 Aberta a sessão, o Presidente da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO convocará os representantes das LICITANTES para que apresentem os respectivos documentos de identificação e credenciamento, nos termos estabelecidos no item 16 deste EDITAL.

19.3 Na sequência, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO promoverá, então, a abertura dos envelopes contendo as PROPOSTAS ECONÔMICAS, os quais terão os documentos rubricados pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES, e, somente então, serão analisados.

19.4 As PROPOSTAS ECONÔMICAS serão avaliadas pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, em conformidade com o disposto no item 18 deste EDITAL. Avaliadas as PROPOSTAS ECONÔMICAS, as LICITANTES serão ou não consideradas classificadas pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

19.5 Após a conclusão da avaliação das PROPOSTAS ECONÔMICAS, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO elaborará a lista de classificação das LICITANTES, na ordem decrescente das propostas apresentadas nos envelopes. Em caso de empate entre duas ou mais LICITANTES, o desempate se dará por meio de sorteio promovido na sessão pública.

19.6 Elaborada a lista de classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO convidará, individualmente, as LICITANTES ofertantes das propostas classificadas a

apresentarem lances verbais, a partir da LICITANTE autora da proposta menos bem classificada, seguida das demais, de forma sucessiva e em valores distintos e decrescentes. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá estipular o valor de redução mínima entre os lances.

- 19.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando for feita a convocação pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, importará a exclusão da LICITANTE da etapa de apresentação de lances verbais, com a manutenção do último valor por ela apresentado para efeito de classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS. Caso todas as LICITANTES se recusem a apresentar lances verbais, a ordem de classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas nos envelopes será mantida.
- 19.8 As rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO considerar necessário, mediante prévia comunicação aos presentes.
- 19.9 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a fase de lances verbais, mediante prévia comunicação aos presentes.
- 19.10 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo, neste caso, aquele que for recebido primeiro.
- 19.11 Somente serão aceitos lances cujos valores inferiores ao último lance ofertado pela própria LICITANTE ofertante, ainda que não inferiores ao menor lance até então ofertado.
- 19.12 Encerrada a fase de lances verbais, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO elaborará nova lista de classificação das LICITANTES, na ordem decrescente das propostas apresentadas ou dos lances ofertados.
- 19.13 Em caso de empate entre duas ou mais LICITANTES, serão observadas as preferências dispostas no artigo 60, da LEI DE LICITAÇÕES.
- 19.14 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO divulgará a análise das PROPOSTAS ECONÔMICAS, ato subsequente, o resultado da fase de julgamento de propostas, declarando a LICITANTE mais bem classificada.

19.15 Ato contínuo, a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO OU AGENTE DE CONTRATAÇÃO abrirá o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE mais bem classificada.

20. ABERTURA, EXAME E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

20.1 Na mesma Sessão Pública, após a divulgação da classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS, será recebido e aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE mais bem classificada, o qual terá a documentação rubricada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO e pelos representantes das LICITANTES, após o que será verificado o atendimento ao disposto item 17, deste EDITAL.

20.2 Na hipótese de qualquer dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apresentados pela LICITANTE mais bem classificada não ser aceito pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, esta procederá à abertura do envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da LICITANTE classificada em 2º lugar, observado o procedimento descrito no item anterior, e assim, sucessivamente, até que uma das LICITANTES tenha a sua documentação aceita pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

20.2.1 A inabilitação de qualquer pessoa jurídica integrante de CONSÓRCIO acarretará a consequente inabilitação de todo o CONSÓRCIO.

20.3 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO divulgará a análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e o resultado da fase de habilitação mediante a publicação de aviso no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, salvo quando todos os representantes das LICITANTES estiverem presentes à sessão, caso em que tomarão conhecimento oficial do resultado desta fase

21. DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES E SANEAMENTO DE FALHAS.

- 21.1 Eventuais falhas ou defeitos formais nos documentos apresentados pelas LICITANTES, referentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ou às PROPOSTAS ECONÔMICAS, poderão ser relevados ou sanados, a juízo da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, mesmo que para tanto seja necessária a realização de diligência.
- 21.2 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá, em qualquer fase da LICITAÇÃO, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da LICITAÇÃO, vedada a inclusão de documento que deveria constar originalmente da documentação entregue pela LICITANTE, nos termos do artigo 64, da Lei 14.133/2021.
- 21.3 As LICITANTES deverão cumprir as exigências formuladas pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma única vez, a exclusivo critério da comissão, caso haja justificativa.

22. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 22.1 Ao final da sessão e declarada a vencedora da licitação pelo presidente da Comissão, qualquer LICITANTE poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso.
- 22.2 A falta de manifestação imediata e motivada da LICITANTE importará a decadência do direito de recurso.
- 22.3 As LICITANTES que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, nos termos do artigo 165, da Lei 14.133/2021, sendo facultado às demais LICITANTES a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 22.4 A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, por escrito, e enviada para o seguinte e-mail: dep@ccpar.com.br, observados os prazos estabelecidos no item anterior.
- 22.5. A não apresentação das razões escritas acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

22.3 Os recursos e as contrarrazões aos recursos deverão ser dirigidos ao Presidente da COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, neste mesmo prazo, encaminhá-los à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

22.4 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

23.1 O processo administrativo da LICITAÇÃO deverá ser remetido à AUTORIDADE SUPERIOR para homologação do certame e ADJUDICAÇÃO do OBJETO desta LICITAÇÃO.

23.2 O OBJETO será adjudicado ao LICITANTE habilitado classificado em primeiro lugar no certame.

23.3 Na eventualidade de o CONTRATO não vir a ser celebrado por desinteresse da LICITANTE vencedora ou pelo não comparecimento para assinatura do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá adjudicar o CONTRATO à LICITANTE habilitada classificada em segundo lugar, nas mesmas condições oferecidas pela LICITANTE vencedora, desde que a decisão seja devidamente justificada.

23.4 Se houver mais de uma recusa, poder-se-á adotar procedimento idêntico para as demais LICITANTES habilitadas e classificadas.

24. CONVOCAÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

24.1 Adjudicado o objeto da LICITAÇÃO e homologado o certame, a LICITANTE vencedora deverá no prazo de até 60 (sessenta) dias, cumprir as formalidades necessárias, descritas nos itens seguintes, e fazer com que a CONCESSIONÁRIA celebre o CONTRATO, sob pena de decair de seu direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na LEI DE LICITAÇÕES.

24.2 O prazo para a assinatura do CONTRATO poderá ser prorrogado pela AUTORIDADE SUPERIOR, quando solicitado pela LICITANTE vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado.

CONSTITUIÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

24.3 Para a assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá constituir uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, em conformidade com a lei brasileira, com sedeno MUNICÍPIO.

24.3.1 Caso o ADJUDICATÁRIO seja LICITANTE individual, a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO deverá ser sua subsidiária integral.

24.3.2 Em caso de CONSÓRCIO, o ADJUDICATÁRIO deverá constituir a CONCESSIONÁRIA observada a composição acionária apresentada no compromisso de constituição de SPE apresentado na LICITAÇÃO.

24.4 No prazo de até 2 (dois) dias úteis antes da assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá apresentar o instrumento de constituição da sociedade de propósito específico de que trata esta Seção, acompanhado das certidões que comprovem o registro tempestivo na Junta Comercial do Rio de Janeiro e o registro no CNPJ/MF.

24.5 A CONCESSIONÁRIA, constituída pelo ADJUDICATÁRIO, assumirá a forma de sociedade anônima e deverá ter como único objeto a execução da CONCESSÃO e atividades correlatas.

24.6 O tempo de duração da CONCESSIONÁRIA deverá ser, pelo menos, igual ao prazo da CONCESSÃO, acrescido do tempo necessário para a liquidação e extinção de todas as suas obrigações.

24.7 O estatuto social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar Cláusula:

24.7.1 Que vede alteração do objeto social da CONCESSIONÁRIA;

24.7.2 Que proíba a contratação de obrigações garantidas por direitos emergentes da Concessão em níveis que comprometam a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço objeto da Concessão;

24.7.3 Que submeta à prévia aprovação do MUNICÍPIO.

- i) Qualquer alteração no Capital Social que implique sua redução;
- ii) Propostas de emissão de títulos e valores mobiliários que contenham dispositivo de conversão em ações que impliquem, em caso de conversão, alteração no controle da sociedade ou que tenham como garantia ações com direito a voto de acionistas integrantes do grupo controlador da CONCESSIONÁRIA;
- iii) As operações de fusão, cisão ou incorporação relativas em que seja parte a CONCESSIONÁRIA; e
- iv) A contratação de empréstimos ou obrigações cujos prazos de amortização excedam o termo final do Contrato de Concessão.

24.8 O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser igual ou superior a 20% (vinte por cento) do VALOR DO CONTRATO, e sua parcela integralizada em dinheiro de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital subscrito, devendo os 50% (cinquenta por cento) restantes serem integralizados conforme previsto no PLANO DE NEGÓCIOS da CONCESSIONÁRIA.

24.9 Imediatamente após a celebração do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deve encaminhar ao PODER CONCEDENTE o seu estatuto social, quadro acionário até o último nível de controladores e acordo de acionistas ou documento similar, se houver, os quais devem corresponder às minutas apresentadas na fase de habilitação da LICITAÇÃO.

24.10 A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal 6.404/76), em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

24.11 Sem prejuízo de suas responsabilidades, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares à prestação dos serviços relativos ao objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO.

RESSARCIMENTO DOS ESTUDOS VINCULADOS À CONCESSÃO

24.12 Em até 02 (dois) dias úteis antes da assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá comprovar o pagamento do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), relativo ao ressarcimento dos estudos autorizados no âmbito da Manifestação de Interesse Privado (MIP) para preparação dos estudos de viabilidade técnica, operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídica que embasaram a presente CONCESSÃO, realizados com autorização do PODER CONCEDENTE, conforme autorização publicada em 21/07/2023 no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, com fulcro no artigo 21 da Lei Federal de Concessões 8.987/1995, para as empresas cujo os estudos foram aproveitados.

24.13 Em até 02 (dois) dias úteis antes da assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá comprovar o pagamento do valor de R\$ 68.955,50 (sessenta e oito mil novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), relativo ao ressarcimento à Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos – ‘CCPar’ pela coordenação e revisão dos documentos editalícios da presente licitação.

25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 A recusa do ADJUDICATÁRIO em assinar o CONTRATO dentro do prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE permitirá a aplicação de multa que será executada em favor do PODER CONCEDENTE.

25.2 Constitui ilícito administrativo, bem como hipótese de crime contra a Administração Pública, tipificado a partir do Capítulo II-B dos Crimes em Licitações e Contratos Administrativos no Código Penal, todo descumprimento de dever legal ou infração grave de regra prevista neste EDITAL, notadamente:

- i) impedir, frustrar ou fraudar o procedimento licitatório, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem;
- ii) devassar o sigilo de proposta apresentada no procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;
- iii) afastar LICITANTE, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- iv) desistir de licitar, em razão de vantagem oferecida;
- v) apresentar declaração ou qualquer outro documento falso, visando ao cadastramento, à atualização cadastral ou à participação no procedimento licitatório; ou
- vi) utilizar-se de documento falso com vistas a participar da presente LICITAÇÃO

25.3 À LICITANTE que incorrer nas faltas previstas neste EDITAL, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas de natureza civil ou penal:

- i) Advertência
- ii) Multa, proporcional à gravidade da falta, cujo valor máximo corresponderá a 1% (um por cento) do valor do contrato;
- iii) Impedimento de licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal por prazo não excedente a 03 (três) anos; e
- iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

26. LIBERAÇÃO DA ÁREA DE CONCESSÃO

26.1 Antes da assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, no prazo de 60 (sessenta dias), definirão a área de concessão, conforme o ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

26.2 Será franqueado o acesso às áreas relativas à implantação do OBJETO pela respectiva SPE na Data da Ordem de Início.

26.3 O PODER CONCEDENTE poderá franquear o acesso às áreas relativas à implantação do OBJETO para a SPE após a Data de Publicação do CONTRATO,

exclusivamente para fins de realização de vistorias e levantamentos técnicos necessários à execução do Objeto.

- 26.4 Após a expedição da Ordem de Início, a SPE será integralmente responsável por dar início a execução do Objeto em até 120 (cento e vinte) dias corridos.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

Comunicações

- 27.1 As comunicações dos atos mencionadas neste EDITAL, no que se refere, especialmente, ao procedimento da LICITAÇÃO, serão feitas pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, mediante publicação Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, e disponibilizadas no site, salvo quando, na forma da Lei, for possível dar ciência pessoal indistintamente a todos os LICITANTES ou aos respectivos representantes legais.

Contagem de Prazos

- 27.2 Na contagem dos prazos a que alude este EDITAL, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia de vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 27.3 Só se iniciam e vencem os prazos nos dias de expediente no PODER CONCEDENTE.

Foro

- 27.4 Qualquer disputa ou controvérsia relativa ao procedimento licitatório ou ao CONTRATO, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele para dirimir qualquer controvérsia não passível de resolução amigável será resolvida no Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro – RJ.

Disposições Gerais

- 27.5 As dúvidas surgidas na aplicação deste EDITAL, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO, respeitadas a legislação pertinente.
- 27.6 A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá proceder a inspeções, determinar diligências a qualquer tempo, bem como se

valer de assessoria técnica, para se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas LICITANTES.

- 27.7 Os termos dispostos neste EDITAL, bem como as cláusulas e condições do CONTRATO e as constantes dos demais anexos complementam-se entre si, reportando um documento ao outro em caso de dúvidas ou omissões, devendo ser respeitadas as regras de interpretação previstas no CONTRATO.
- 27.8 A LICITAÇÃO a que se refere este EDITAL poderá ser adiada, revogada por razões de interesse público ou anulada, sem que caiba às LICITANTES qualquer tipo de indenização por estes motivos, de acordo com o artigo 387, do Decreto Municipal 3.221/81 – RGCAF, combinado com o artigo 71, da Lei 14.133/2021.
- 27.9 O PODER CONCEDENTE promoverá a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO no prazo de até 30 (trinta) dias contados da sua assinatura, às expensas da CONCESSIONÁRIA, bem como deverá realizar a publicação dos documentos pertinentes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em até 20 (vinte) dias úteis após a assinatura do contrato.
- 27.10 Qualquer modificação no EDITAL exigirá divulgação pela mesma forma pela qual se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a retificação não alterar a formulação das propostas.
- 27.11 Em caso de divergência entre as regras do EDITAL e os ANEXOS, prevalecerá o disposto no EDITAL.
- 27.12 Nenhuma indenização será devida às LICITANTES pela elaboração e apresentação da documentação de que trata o presente EDITAL.

28. DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL

ANEXO I	Minuta de Contrato.
ANEXO II	Termo de Referência.
ANEXO III	Estudo Econômico de Referência.
ANEXO IV	Modelo de Proposta Econômica.
ANEXO V	Modelo de Declarações e Carta de

	Credenciamento.
ANEXO VI	Anexos ao Contrato
ANEXO VI.1	Edital
ANEXO VI.2	Termo de Referência
ANEXO VI.3	Sistema de Mensuração de Desempenho
ANEXO VI.4	Proposta Econômica e Plano de Negócios
ANEXO VI.5	Estudo de Demanda
ANEXO VI.6	Contrato Social da Concessionária
ANEXO VI.7	Documentação de Seguros
ANEXO VI.8	Garantia Contratual
ANEXO VI.9	Lista dos Bens Reversíveis
ANEXO VI.10	Matriz de Riscos
ANEXO VII	Diretrizes para elaboração do Plano de Negócios